

Jornada Pedagógica vai orientar o Plano de Educação do governo

Mais de mil professores da Fundação Educacional do DF se reuniram na Faculdade UPIS, semana passada, na Primeira Jornada Pedagógica, onde discutiram as propostas da Secretaria de Educação e apresentaram outras que servirão de subsídios para o Plano de Educação do DF, a ser implantado no quadriênio 87/90.

Por terem sido chamados pela primeira vez a dar opinião sobre um Plano de Educação, houve inicialmente da parte dos professores dificuldade em discernir quais as questões que deveriam ser inseridas no documento. A decepção da categoria com uma greve frustrada, com o processo eletivo nas escolas e com os baixos salários, contribuiu para acirrar as primeiras discussões e desviá-las, por um momento, dos assuntos pedagógicos.

Muitos professores não entendiam como discutir aspectos pedagógicos se suas escolas estavam caindo de produção, com a total falta de infra-estrutura; sem material didático; sem professor e outros graves problemas. Quando acalmaram os ânimos, os professores acharam que não poderiam perder uma oportunidade inédita de discutir os problemas da educação no DF, limitando-os somente às dificuldades físicas e salariais. O diretor do Departamento Geral de Pedagogia da FEDF, Clésio Ferreira, afirmou que as propostas dos professores que dizem respeito a aspectos pedagógicos mais detalhados e administrativos serão aproveitadas no Plano de Ação de Educação da FEDF.

Durante a Jornada os grupos divididos em ensino regular noturno, pré-escolar, supletivo e especial expuseram os problemas que mais afetam essas séries. O pré-escolar no DF não possui praticamente recursos e diminuirá o atendimento às crianças no próximo ano, o Ciclo Básico de Alfabetização implantado esse ano é desconhecido da maioria dos professores e o supletivo está para ser reformulado ou extinto pela FEDF e SE, indo contra a posição dos professores. Essas e muitas outras questões foram colocadas para serem avaliadas pela comissão (formada por membros da SE/FEDF e representantes de complexos e escolas a nível de direção) encarregada de estruturar o Plano de Educação do DF.

Pré-Escolar será reduzido

O pré-escolar do DF — que atende crianças de 4 a 6 anos — diminuirá ainda mais seu atendimento, principalmente nas satélites, no próximo ano, devido à falta de espaço físico para as aulas. Na jornada, os professores dessa série propuseram que seja aumentado o número de salas de aula e que sejam incluídas no Plano de Educação, alternativas que contornem essa situação.

Das 291 mil crianças aptas para cursarem o pré-escolar, a FEDF só tem capacidade de atender a 39 mil. O Serviço Social e as escolas particulares atendem 21 mil. «Dói no coração ver que a infância não é prioritária na sociedade», desabafa a coordenadora de Educação Pré-Escolar da FEDF, Rita Helena Horn, referindo-se à falta de atenção do governo federal, de não considerar prioritária a educação pré-escolar.

Além da falta de espaço físico, a situação do pré-escolar é precária. Há carência de recursos humanos e as verbas praticamente inexistem. Para se ter uma idéia foram destinados esse ano para o pré-escolar, Cz\$ 63 mil para serem gastos em material e distribuídos em 16 complexos. O diretor do Departamento Geral de Pedagogia, Clésio Ferreira, diz que com o aumento da construção de salas de aula, que deverá beneficiar primeiramente o 1º e 2º graus, poderá beneficiar pelo menos os alunos de 6 anos.

Fim do supletivo gera reação

Os professores do DF não desejam o fim do Supletivo. Essa foi a proposta defendida pelos profissionais de educação que atuam nessa área, que se mostraram contrários à posição da FEDF e Secretaria de Educação de substituir gradualmente a função suplência do Ensino Supletivo, pela ampliação da oferta de cursos regulares noturnos.

A professora de História, de Brazlândia, Théa Weber, disse que o Supletivo não é um curso ideal, mas é necessário para a realidade de um país subdesenvolvido. «O estado deve ampliar e melhorar as condições do Supletivo e não suprimi-lo». Théa não concorda com a proposta dos órgãos de Educação do DF, de atender os alunos do Supletivo conforme as diretrizes do curso regular. Segundo diz, o curso regular é mais voltado para atender alunos adolescentes que têm mais tempo de permanecer na escola, o que não acontece com os adultos que representam a maioria no Supletivo.

Lixo

A professora ainda destaca outro problema que deve ser resolvido nessa série: a passagem dos alunos do ensino regular para o Supletivo. «O Supletivo está se tornando o lixo dos alunos que não deram certo no ensino regular e isso prejudica os alunos adultos interessados».

Os professores do Supletivo pedem ainda à FEDF, condições para que a proposta do grupo, apresentada no ano passado, de alterar os fundamentos teóricos do Supletivo, seja colocada em prática.

Alfabetização gera polêmica

O Ciclo Básico de Alfabetização implantado esse ano na rede oficial de ensino, não é conhecido na sua totalidade pelos próprios professores. Embora a grande maioria dos profissionais de educação concorde com a sua criação, ressalta que não houve preocupação da Secretaria de Educação e FEDF em explicar quais os objetivos reais do ciclo; a avaliação que deverá ser feita com o aluno e não chamaram a categoria para apresentar propostas antes da sua implantação definitiva.

«Quando percebi, me tornei professora do Ciclo Básico de repente», diz a professora do Centro de Ensino 3 de Taguatinga, Naira Nogueira. A coordenadora pedagógica do Complexo «B» de Taguatinga, Socorro Guimarães, citou também que está havendo uma certa reação do professorado em aceitar a nova proposta.